

Oeiras XXI

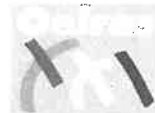
**PLANO ESTRATÉGICO PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

1.º RELATÓRIO

DIAGNÓSTICO SELECTIVO PRELIMINAR

VOLUME I

CONCEITOS E SÍNTESE METODOLÓGICA



Assinado

1.º RELATÓRIO
DIAGNÓSTICO SELECTIVO PRELIMINAR

VOLUME I
CONCEITOS E SÍNTESE METODOLÓGICA



**LISTA DE VOLUMES
DO
DIAGNÓSTICO SELECTIVO PRELIMINAR**

Volume 1: Conceitos e Síntese Metodológica

Volume 2: Sistema Ambiental

Volume 3: Sistema Sócio-Cultural

Volume 4: Sistema Económico

Volume 5: Estrutura Urbana

Volume 6: Anexos

VOLUME COMPLEMENTAR

1º Forum de Sustentabilidade: Temas de Reflexão Estratégica





ÍNDICE

VOL I - Conceitos, Objectivos e Bases Metodológicas	1
CAP. I - O Conceito	1
Agenda.....	1
Dinamização das Agendas Locais XXI.....	2
OEIRAS no I.C.L.E.I.....	2
Política Ambiental da União Europeia.....	2
Campanha das Cidades Sustentáveis.....	2
CAP. II - Conceitos de Referência	3
1 - Sistema Urbano.....	3
2 - Desenvolvimento Sustentável	4
3 - Objectivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável	8
4 - O Processo.....	10
CAP. III - Metodologia do PEDS-OEIRAS XXI.....	11
1 - Agenda Local XXI.....	11
2 - Estrutura Geral do PEDS-OEIRAS XXI	12





3 - Diagnóstico Selectivo.....	12
3.1 - Diagnóstico Técnico	12
3.2 - Diagnostico Interactivo	13
3.3 - Diagnóstico Participado.....	14
4 - Estratégia	15
4.1 - Formulação Interactiva da Estratégia.....	15
4.2 - 2º FÓRUM DA SUSTENTABILIDADE	15
5 - Contratualização	17
5.1 - Âmbito.....	17
5.2 - Instrumentos.....	17
5.2.1 - Contratualização pública	17
5.2.2 - Contratualização Operativa	18
6 - Monitorização.....	18



RELATÓRIO I - Diagnóstico Selectivo Preliminar

VOL. I - Conceitos, Objectivos e Bases Metodológicas

CAP. I - O Contexto

Agenda XXI A conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento.

A conferência, designada "Cimeira da Terra", realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992 aprovou a Agenda XXI, que constitui o Plano de Acção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

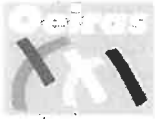
O capítulo 28 da Agenda 21 propõe o desenvolvimento de Planos de Acção Locais, a promover pelas Regiões, Cidades e Municípios, que contribuam para concretizar os objectivos de desenvolvimento sustentável consagrados ao nível global na Agenda XXI.

Extracto do texto do Cap. 28 da Agenda XXI ¹⁾:

"... Porque muitos dos problemas e soluções contidos na Agenda 21 têm as suas raízes em actividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um factor determinante para se atingirem os seus objectivos. As autoridades locais constróem, gerem e mantêm infraestruturas económicas, sociais e ambientais, realizam processos de planeamento, estabelecem políticas e regulamentos ambientais e colaboram na implementação de políticas ambientais nacionais e regionais.

Sendo a administração local mais próxima das pessoas, assume um papel vital na educação, na mobilização e na resposta às necessidades da população, para promover o desenvolvimento sustentável..."

¹⁾ UNCED - Agenda 21 CAP. 28 (1992)



**Dinamização
das Agendas
Locais XXI**

O "International Council for Local Environmental Initiatives" é fundado por cerca de 200 Cidades / Municípios de 43 países no "Congresso Mundial de Autoridades Locais para Um Futuro Sustentável", realizado em Setembro de 1990 nas Nações Unidas, em Nova Iorque.

O I.C.L.E.I. foi criado como organização ambiental associada à União Internacional das Autoridades Locais e actua como parceiro no domínio ambiental do Conselho dos Municípios e Regiões Europeias.

**OEIRAS no
I.C.L.E.I.**

A "I Conferência das Cidades Europeias em direcção à Sustentabilidade" realizada em Aalborg na Dinamarca em Maio de 94, aprovou a "Carta de Aalborg" que constitui um compromisso de realização até ao ano 2000 de Planos de Acção Local para o desenvolvimento sustentável.

O Município de Oeiras tornou-se membro do I.C.L.E.I. e subscreveu a "Carta de Aalborg"²⁾, por decisão unânime da Câmara Municipal, assumindo assim o compromisso de promover no Concelho o Desenvolvimento Sustentável.

**Política Ambiental
da União Europeia**

A implementação de um Plano de Acção para o desenvolvimento sustentável integra-se nos princípios do 5º Programa de Acção Ambiental da União Europeia "Em direcção ao desenvolvimento sustentável".

**Campanha
das Cidades
Sustentáveis**

A "Carta de Aalborg" deu início à "Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis" à qual o Município de Oeiras aderiu, e que se destina a encorajar e apoiar as Cidades e Municípios que estão a trabalhar em direcção a padrões de desenvolvimento sustentável.

²⁾ Ver Anexos



CAP. II - Conceitos de Referência

1 - Sistema

Urbano

A "Cidade" ou "Estrutura Urbana" constitui o suporte espacial onde coexistem três sistemas em permanente interacção:

• Sistema

Ambiental

O ecossistema natural é o suporte biofísico da vida urbana. A sua capacidade para absorver as cargas geradas pelas diversas actividades e funções urbanas é limitada. Quando é ultrapassada a capacidade de auto-regeneração o sistema entra em degradação e depois em colapso. A qualidade de vida no próprio meio urbano, e mesmo à escala global, é significativamente afectada.

• Sistema

Sócio-Cultural

A concentração de Equipamentos, Estruturas Organizativas e Espaços de Sociabilização que caracterizam o Meio Urbano, contribui para dinamizar a integração social e para consolidar a identidade cultural.

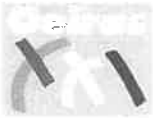
A estruturação espacial do Meio Urbano pode contribuir para, acentuar condições favoráveis à integração social e à identidade cultural ou produzir um suporte espacial catalizador da exclusão social e da desagregação cultural.

As tensões no interior do sistema sócio-cultural, como o desemprego, a xenofobia, a criminalidade, etc., têm reflexos na estruturação urbana, alterando as opções dos "consumidores do Meio Urbano" e consequentemente condicionando os critérios dos decisores e investidores que intervêm na produção ou reabilitação das áreas urbanas.

• Sistema

Económico

A "Cidade" ou "Estrutura Urbana" constitui o suporte espacial de funções e meios infraestruturais geradores de sinergias catalizadoras do desenvolvimento económico.



Dotar a “Estrutura Urbana” de meios infraestruturais e da concentração de funções urbanas complementares da actividade dos sectores produtivos específicos do território que polariza, é assegurar as condições de sustentabilidade económica do desenvolvimento urbano. A dinâmica do desenvolvimento económico assente na competitividade das empresas, constitui a base económica que sustenta o desenvolvimento urbano.

- Gerir o Sistema Urbano

Gerir o “Sistema Urbano” pressupõe a capacidade de organizar a “Estrutura Espacial” em função das plataformas de equilíbrio que se possam estabelecer nas interações entre os três restantes sistemas.

As plataformas de equilíbrio têm necessariamente uma duração limitada, por isso, o Processo de Planeamento Urbano deve ser “contínuo”.

Se as sucessivas plataformas de equilíbrio entre os sub-sistemas do “Sistema Urbano” garantirem às gerações do futuro condições de qualidade de vida, então estaremos num processo de desenvolvimento sustentável.

2- Desenvolvimento

Sustentável

“Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável” são conceitos que, embora recentemente vulgarizados em documentos e estudos sobre o desenvolvimento regional e urbano, bem como sobre questões económicas e ambientais, não têm ainda conteúdo concreto “estabilizado” junto da comunidade técnica e científica.

A expressão sustentabilidade terá aparecido pela primeira vez num relatório de 1980 da IUCN International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, *World Conservation Strategy*, que sugeria esse conceito como uma aproximação estratégica à integração da conservação e do desenvolvimento coerente com os objectivos de manutenção do ecossistema, preservação da diversidade genética e utilização sustentável dos recursos ³⁾.

³⁾ C.f. L. Graham Smith, *Impact Assessment and Sustainable Resource Management*, Addison Wesley Longman Ltd., Harlow - Essex 1993

O conceito de desenvolvimento sustentável foi mais tarde consagrado no relatório *Our Common Future*, publicado em 1987 por uma comissão das Nações Unidas, a World Commission on Environment and Development, chefiada pelo então Primeiro-Ministro da Noruega, Sr. Gro Harlem Brundtland.

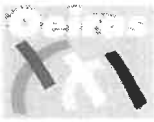
O Relatório Brundtland (1987), como ficou a ser conhecido esse documento, definia desenvolvimento sustentável como o "(...) desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" ⁴⁾.

A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um "compromisso de solidariedade com as gerações do futuro", no sentido de assegurar a transmissão do "património" capaz de satisfazer as suas necessidades.

Tal compromisso pressupõe a avaliação, hoje, do que serão as necessidades futuras, ou seja, a delimitação de um horizonte temporal (3, 4 gerações?), e um cenário de evolução demográfica associado a um conjunto de preferências / exigências, das gerações do futuro.

Pressupõe igualmente a avaliação, hoje, da quantidade e da composição do património ("capital") necessárias à produção dos níveis de bem-estar que virão a ser requeridos, ou seja, (não apenas, mas também) um cenário de evolução tecnológica.

⁴⁾ World Commission on Environment and Development, *Our Common Future*, Oxford University Press, Oxford, 1987



Seguindo uma sistematização proposta por Turner ⁵⁾, o crescimento do bem-estar da humanidade depende das formas possíveis de utilização do seu "stock de activos" (capital) - o "capital natural" ⁶⁾, o "capital trabalhado" ⁷⁾, "o capital humano" ⁸⁾ e o "capital social-cultural" ⁹⁾ -, que podem oscilar entre alternativas de raiz tecnocêntrica (o que importa assegurar transmitir às gerações vindouras é um stock global de capital semelhante ou superior ao actualmente disponível, independentemente do peso relativo de cada uma das suas componentes), designadas por opções de "fraca sustentabilidade", e alternativas de raiz mais ecocêntrica, designadas por opções de "forte sustentabilidade", que impõem restrições mais significativas à utilização do capital natural (recursos limitados não substituíveis, etc.).

A análise destas opções, que no limite só fazem sentido num contexto económico e sócio-cultural muito concreto¹⁰⁾, pressupõe a discussão da possibilidade e da forma da substituição (a "elasticidade" de substituição) entre os vários componentes do stock de capital.

Por exemplo, fará ou não sentido pensar que uma perda de capital natural pode ser compensada por ganhos em capital humano¹¹⁾ e, se sim, quantas unidades adicionais de capital humano serão necessárias, para compensar a perda de uma unidade de capital natural.

⁵⁾ Cf. R. Kerry Turner, *Sustainability Principles and Prontion*, in *Sustainable Environmental Economies and Management* (edited by R. Kerry Turner), Bethoven Press, Londres, 1993

⁶⁾ Conceito que se refere à quantidade e qualidade dos recursos disponíveis, devendo estes ser entendidos no seu sentido mais abrangente: ar, água, solo e subsolo (recursos minerais), fauna, flora, paisagem, etc., inclusivamente a própria capacidade de assimilação dos resíduos produzidos.

⁷⁾ Deve ser entendido no sentido mais lato de "capital feito pelo homem" ("man-made capital" em inglês): o património construído, as ferramentas, os aparelhos e as máquinas, etc.

⁸⁾ Os recursos humanos, a sua qualificação profissional, a sua "habilidade".

⁹⁾ O conjunto de princípios e motivações de ordem moral, ética, religiosa, cultural e civilizacional. Por razões de simplificação, o capital social-cultural pode ser entendido como uma componente do capital humano.

¹⁰⁾ Como argumenta R. Sherman, um autor optado por J. Graham Smith (op.cit), "não é tanto a sustentabilidade que precisa de definição e clarificação, mas sobretudo as suas implicações no contexto concreto em que é aplicada".

¹¹⁾ Uma hipótese: um investimento industrial pode deteriorar a qualidade ambiental de uma região, mas cria emprego qualificado e bem remunerado.



Repare-se aliás que esta pergunta só pode ser respondida depois de solucionar um problema que lhe é anterior, respeitante à possibilidade e forma(s) de quantificação (medição) dos componentes do stock de capital, e à utilização de operadores que permitam comparar/relacionar aqueles componentes entre si¹²⁾.

Estão em causa dois problemas fundamentais.

Um é o da procura do(s) equilíbrio(s) possível(s) entre, por um lado, a preservação dos recursos naturais - o "stock de capital natural" - e a melhoria da qualidade ambiental¹³⁾ e, por outro, o crescimento económico necessário a (embora não suficiente para) o aumento do nível e da qualidade de vida das populações.

O outro é o de saber como é que as populações, as comunidades, desejam esse(s) equilíbrio(s) e estabelecem as suas opções - em última análise, como é que são efectivamente avaliadas pelas populações (e os seus representantes) as questões ambientais, quer entre si, quer na relação que estabelecem com as diversas variáveis do crescimento económico (em particular o emprego e o rendimento)¹⁴⁾.

¹²⁾ De facto, uma questão é, por exemplo, definir o que significa "uma unidade de capital natural" e "uma unidade de capital social-cultural", e outra questão é encontrar o operador que permita comparar as duas. Tradicionalmente, a ciência económica procura como solução encontrar o "preço" (quanto custa, quanto se está disposto a pagar), medindo em unidades monetárias. Por inúmeras razões que não cabe aqui desenvolver, o estudo da valorização dos diversos componentes do stock de capital referidos, com a excepção do capital trabalhado, está ainda longe de chegar a algo de semelhante a esse conceito de "preço" - nomeadamente, no caso do capital natural, está-se essencialmente numa fase de investigação de métodos de avaliação física (por exemplo, o "balanço ambiental" anual de uma comunidade ou região, em ganhos ou perdas de área de zona verde protegida, percentagem de reutilização ou reciclagem de resíduos sólidos urbanos, etc.).

¹³⁾ No sentido mais restrito - qualidade de água, qualidade de ar, etc. -, a "qualidade ambiental" pode ser integrada no conceito de "stock de capital natural".

¹⁴⁾ Por exemplo, recusar um projecto de investimento (industrial, urbano) para assegurar a manutenção da qualidade ambiental e a preservação da paisagem, ou aceitar pagar taxas municipais mais elevadas que permitam financiar o melhoramento do sistema de tratamento de resíduos sólidos, ou ainda, face a um orçamento limitado, como optar entre investir numa zona verde ou em tratamento de águas residuais, etc.



**3 - Objectivos do
Desenvolvimento
Urbano
Sustentável**

Desenvolver no presente assegurando as condições de qualidade de vida do futuro, pressupõe uma estratégia integrada na articulação entre a “estrutura Urbana” e os três subsistemas que integram o “Sistema Urbano”.

As interacções entre os Sistemas Ambiental, Sócio-Cultural e Económico e a sua tradução na “Estrutura Espacial” deverão ter como referencial um conjunto de objectivos que definem padrões de desenvolvimento sustentável. Os que se indicam são de carácter genérico, sendo o processo de planeamento estratégico que permitirá identificar os objectivos específicos a adoptar no Concelho de Oeiras.

Estrutura Urbana/

Sistema Ambiental O desenvolvimento urbano sustentável no Sistema Ambiental pode em síntese enquadrar-se em quatro objectivos estratégicos de carácter geral:

- Minimização/Optimização do consumo de recursos naturais;
- Racionalização dos fluxos urbanos (água, energia, resíduos, transportes e informação);
- Minimização dos níveis de poluição, mantendo-os dentro da capacidade de regeneração do ecossistema natural;
- Manutenção do equilíbrio biomassa/biodiversidade;

Estrutura Urbana/

**Sistema Sócio-
Cultural**

O desenvolvimento urbano sustentável em relação ao sistema sócio-cultural pressupõe a implementação de Projectos e Acções que visam a melhoria global do quadro sócio-cultural da população.



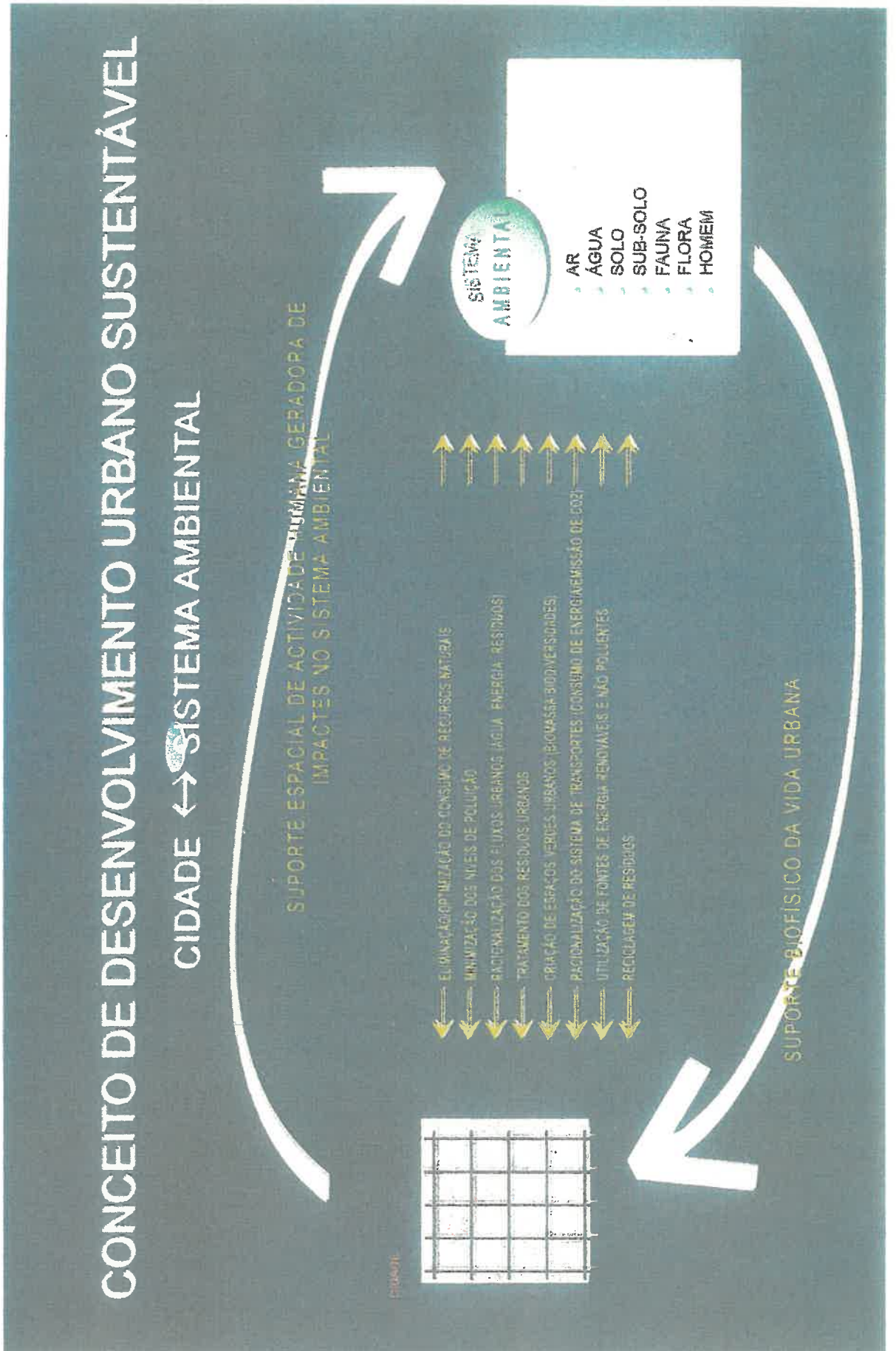
Podem em síntese indicar-se os seguintes objectivos:

- Articulação dos programas de realojamento com a criação de iniciativas locais de formação e emprego;
- Criação de equipamentos e dinamização de estruturas organizativas que promovam a integração dos grupos sociais mais vulneráveis (minorias étnicas, jovens e idosos);
- Conservação e reabilitação dos núcleos urbanos de formação histórica e do património cultural local, como suporte da “identidade cultural” e do “sentimento de pertença”;
- Utilização de critérios de estruturação urbana que privilegiem a integração social e étnica e disponibilizem ou incentivem a criação de espaços de sociabilidade;

**Estrutura Urbana
/ Sistema
Económico**

O desenvolvimento urbano sustentável em relação ao Sistema Económico pressupõe objectivos de estruturação urbana articulados com a estratégia de competitividade das empresas locais, nomeadamente através dos seguintes objectivos gerais:

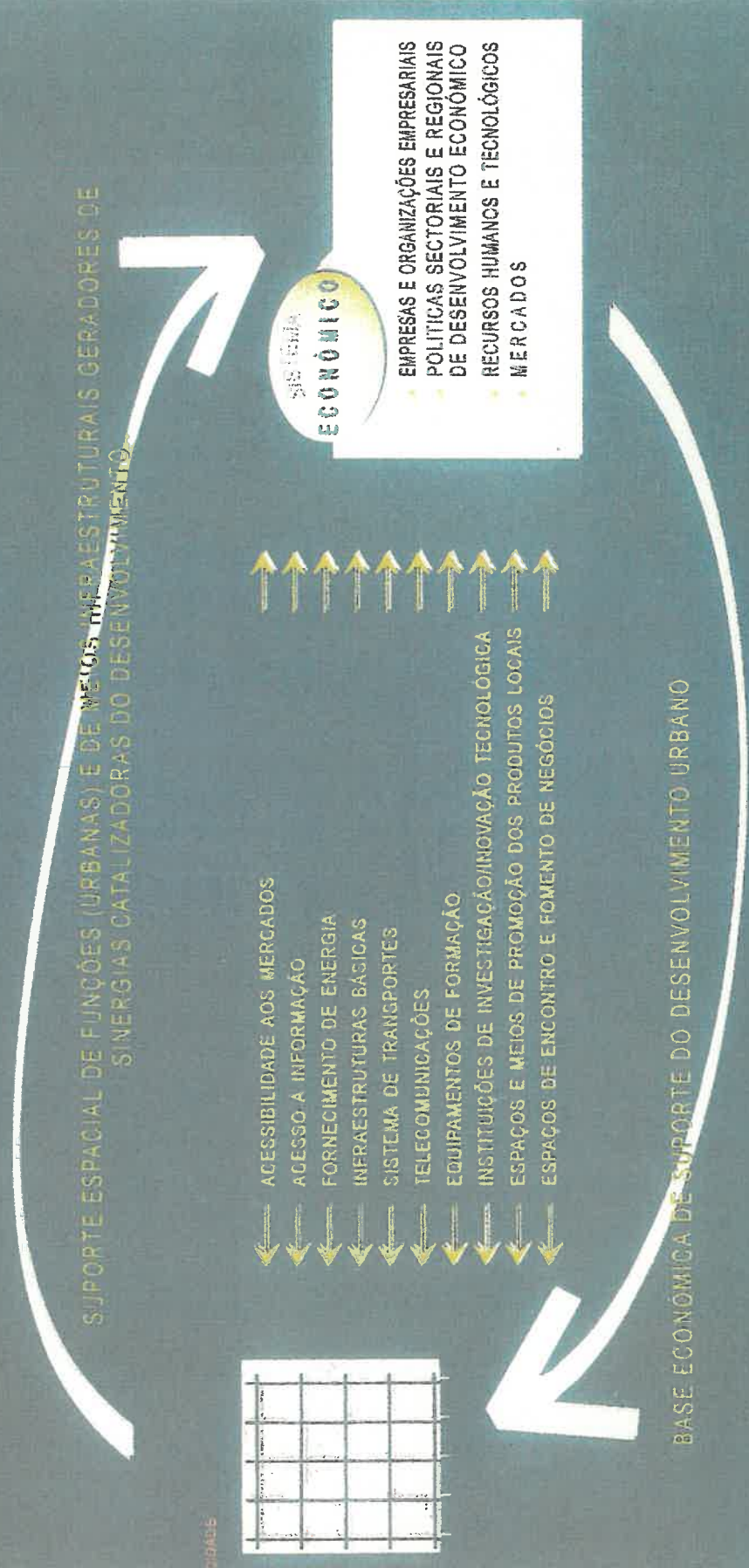
- Melhoria de acessibilidade aos mercados;
- Infraestruturas básicas, fornecimento de energia e sistema de transportes, com funcionamento eficaz e a baixo preço;
- Desenvolvimento dos sistemas de acesso e gestão de informação;
- Efeito sinérgico de instituições de investigação científica e inovação tecnológica;
- Promoção da Cidade ou Município e dos seus produtos;

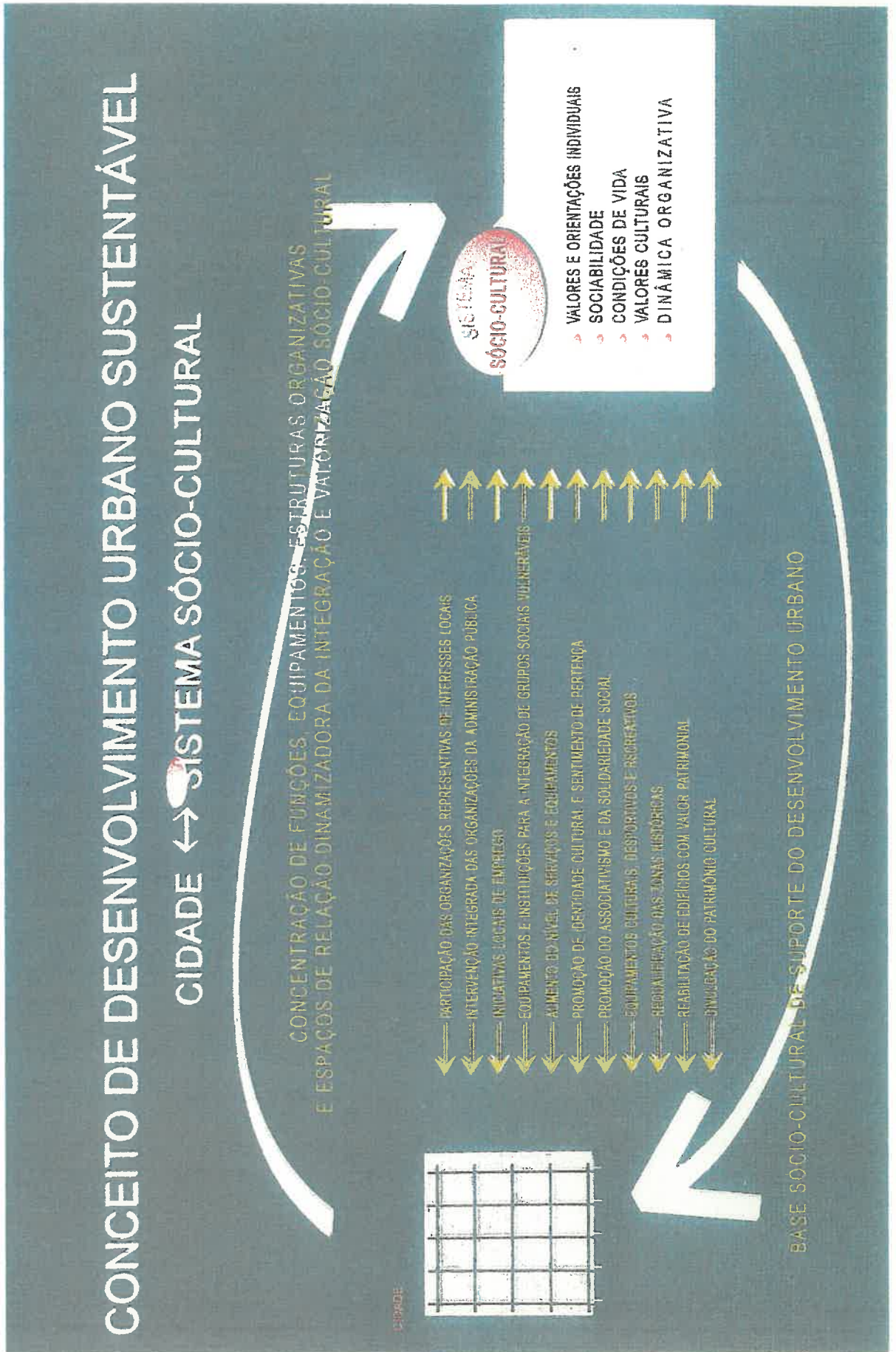




CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

CIDADE ↔ SISTEMA ECONÓMICO



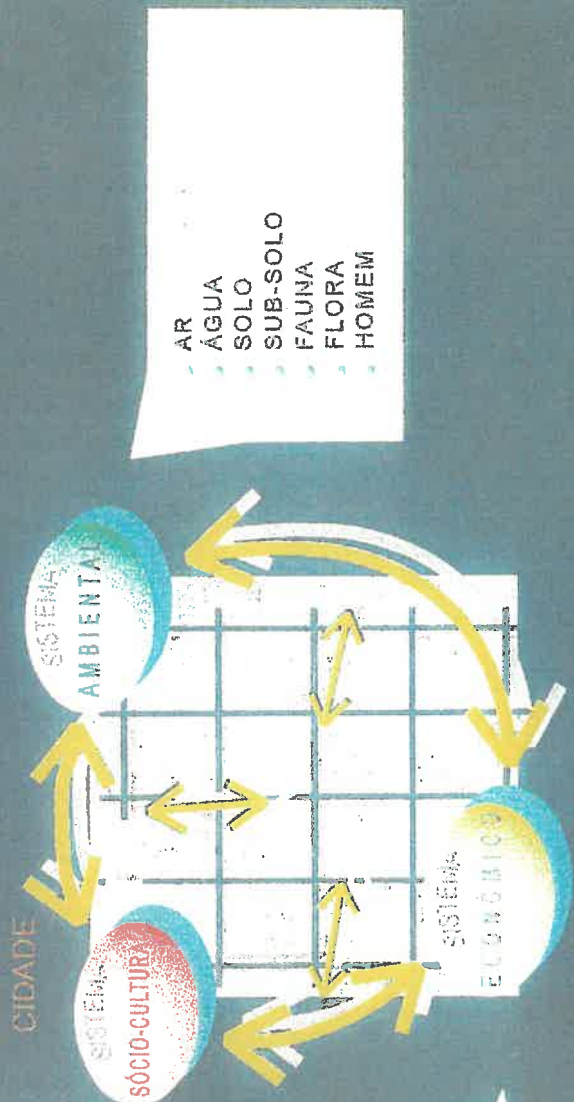


CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Desenvolver no presente assegurando as condições de qualidade de vida do futuro, pressupõe uma estratégia integrada em três domínios principais:

- ECONÓMICO
- SÓCIO-CULTURAL
- AMBIENTAL

> VALORES E ORIENTAÇÕES INDIVIDUAIS
 > SOCIABILIDADE
 > CONDIÇÕES DE VIDA
 > VALORES CULTURAIS
 > DINÂMICA ORGANIZATIVA



> EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS
 > POLÍTICAS SECTORIAIS E REGIONAIS
 > DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
 > RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS
 > MERCADOS

4 - O Processo

Planeamento Urbano Estratégico / Operativo

O Planeamento Estratégico

O Planeamento Estratégico é um processo contínuo, interactivo, integrador e participado, de cenarização do futuro e de actuação programada e concertada, **com vista ao desenvolvimento urbano economicamente sustentado, socialmente justo e ambientalmente sustentável.**

O Plano Estratégico é um instrumento de Gestão Urbana Municipal com características de **“Plano Aberto”** e **“Pragmático”**.

Aberto porque permite integrar em cada momento as interacções dos grupos de interesses envolvidos no processo de desenvolvimento urbano, tendo como referência os objectivos de desenvolvimento sustentável.

Pragmático, porque dirigido para a selecção dos objectivos e das acções prioritárias, face aos recursos e aos instrumentos de intervenção disponíveis.

A metodologia do Plano Estratégico privilegia a criação de uma **“visão comum do futuro”** entre os diferentes agentes do processo de desenvolvimento urbano e os “consumidores do Meio Urbano”.

A “visão comum do futuro” constitui-se pela participação activa da Administração Pública, dos Agentes Económicos e dos Utentes do Meio Urbano na formulação da estratégia de desenvolvimento.

A participação activa visa explicitar complementaridades e compatibilizar interesses, identificando os vectores de desenvolvimento motivadores de actuações e investimentos concertados.



O Planeamento

Operativo

O Planeamento Urbano Operativo integra os Planos de Estruturação Urbana, os Projectos e as Acções que concretizem os Vectores Estratégicos de desenvolvimento.

A elaboração e implementação de instrumentos de Planeamento Operativo efectua-se em qualquer das fases do Plano Estratégico, assegurando-se assim que, em paralelo com a formulação da estratégia e a definição de prioridades de actuação para o futuro, se vão concretizando os Projectos e Acções (já em curso ou concebidos no decurso do processo), que materializam os objectivos de desenvolvimento sustentável.

CAP. III - METODOLOGIA DO PEDS - OEIRAS XXI

1- Agenda Local XXI

**Guia de
Referência**

O I.C.L.E.I. publicou em 1995 o "European Local Agenda 21 Planning Guide" que constitui a referência principal da metodologia adoptada para o PEDS - Oeiras XXI.

**Parceria CMO/
FCT-UNL**

A Câmara Municipal de Oeiras solicitou à Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa a adaptação da metodologia recomendada no Guia elaborado pelo I.C.L.E.I., em função das esferas de competência dos Municípios portugueses e da realidade social, económica, ambiental e urbana do Município de Oeiras.

PEDS-Oeiras XXI

Ponto de Partida

O "Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável" é um "Processo de Planeamento Estratégico", que não deverá esgotar-se no primeiro ciclo de trabalho, cerca de um ano, que resulta do Protocolo celebrado entre a C.M.O. e a F.C.T..





A continuidade do processo será assegurado pelas estruturas técnicas do Município que, participando desde o início neste primeiro ciclo do PEDS-Oeiras XXI, assegurarão no futuro o suporte técnico e organizacional da dinâmica do processo.

2- Estrutura Geral do PEDS -

OEIRAS XXI A vertente estratégica do PEDS estrutura-se em quatro etapas:

- a) Diagnóstico Selectivo**
- b) Estratégia**
- c) Constratualização**
- d) Monitorização**

A vertente Operativa é concretizada em qualquer das etapas do PEDS, através dos Planos, Projectos e Acções que a Câmara Municipal vai promovendo.

Assim as etapas do Plano não são exclusivamente sequenciais, coexistem a cada momento, desde o início do processo, permitindo aferir a estratégia em função da dinâmica real de desenvolvimento.

3- Diagnóstico Selectivo

3.1- Diagnóstico Técnico

O Diagnóstico realizado é selectivo, isto é, tem como referência das análises a efectuar, a matriz de objectivos de desenvolvimento sustentável e envolve desde logo uma avaliação preliminar de prioridades em função das potencialidades (caracterizadas ou não em Projectos) e dos estrangulamentos detectados.

A análise incidiu sobre:

a) Instrumentos de Planeamento e Gestão Urbana

- Plano Director Municipal;



- Planos de Pormenor e Operações de Loteamento Urbano de dimensão relevante;
- Plano Municipal de Ambiente (Estudos já Existentes);
- Plano e Programas Estratégicos;
- Plano Director de Abastecimento de Água;
- Projectos, Estudos e Acções relevantes nos domínios Social e Ambiental;

b) Instrumentos de Gestão Municipal

- Plano de Actividades;
- Orçamento;

c) Inquéritos e Estudos relevantes para os objectivos de desenvolvimento sustentável.

O Diagnóstico Técnico foi realizado em colaboração com os responsáveis das unidades orgânicas do Município responsáveis pela elaboração dos instrumentos a analisar, que tiveram um papel activo essencial.

3.2- Diagnóstico Interactivo

O Diagnóstico Interactivo concretizou-se através de sessões de trabalho com:

- a) Presidente da Câmara Municipal e Vereadores.**
- b) Responsáveis pelos Departamentos e Gabinetes do Município com competências relevantes para a definição da estratégia de desenvolvimento urbano sustentável.**
- c) Responsáveis dos Serviços Municipalizados de Oeiras.**





- d) Responsáveis pelas estruturas locais dos Serviços Públicos e das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos.

3.3- Diagnóstico Participado

O Diagnóstico Participado concretiza-se através da realização do 1º FORUM DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

O FORUM é constituído por um painel, considerado pela Câmara Municipal como representativo dos intervenientes na produção e gestão do Meio Urbano e dos consumidores do Meio Urbano, do Concelho.

Em síntese são convidados a participar no FORUM:

- Autarcas e deputados Municipais;
- Responsáveis pelos serviços públicos ao nível local;
- Responsáveis de Empresas Concessionárias de Serviços Públicos ao nível local;
- Personalidades do Município que se destacam nos domínios cultural e científico;
- Representantes de Organizações sócio-culturais com actividades em domínios relevantes para o desenvolvimento do Município;
- Representantes das Actividades Económicas;
- Representantes dos Investidores / Promotores Imobiliários;
- Representantes dos meios de comunicação social;

O 1º FORUM DA SUSTENTABILIDADE encontra-se organizado em cinco WORKSHOPS.^{a)}

^{a)} Ver "Temas de reflexão Estratégica.



4 - Estratégia A fase de Estratégia será desenvolvida em duas etapas complementares:

4.1- Formulação

**Interactiva da
Estratégia**

O cruzamento dos Vectores Estratégicos indentificados no **Diganóstico Selectivo** e a Identificação dos Projectos e Acções prioritárias, em função da viabilidade da sua implementação e do impacte prático em relação aos objectivos de desenvolvimento sustentável, será realizado em sessões de trabalho com os responsáveis técnicos dos Serviços Municipais e Autarcas responsáveis pelos Pelouros respectivos.

Deste trabalho resultará o Relatório **“Estratégia e Programa Preliminar de Acção para o Desenvolvimento Sustentável”** que servirá de base ao 2º FORUM DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

**4.2- 2º FORUM DA
SUSTENTABILIDADE**

A participação no FORUM será idêntica, acrescentando-se apenas a participação de representantes dos organismos da Administração Central que possam ter um papel relevante na implementação dos Projectos e Acções que concretizam os principais Vectores e Estratégias que não estivessem eventualmente presentes no 1º FORUM.

O 2º FORUM da sustentabilidade analisará o documento “Estratégia e Programa Preliminar de Acção para o Desenvolvimento Sustentável” com os seguintes objectivos específicos:

- a) Aferição da Estratégia;
- b) Aferição dos Projectos e Acções prioritários e contribuição para a sua caracterização;
- c) Identificação de potenciais parcerias;
- d) Realização de contactos preparatórios da contratualização dos Projectos e Acções prioritários;



As contribuições resultantes do 2º FORUM serão integradas no Relatório Preliminar utilizado como base de trabalho do FORUM, elaborando-se assim a versão do relatório “**OEIRAS XXI - Estratégia e Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável**”.

O Programa de Acção será organizado por Projectos e Acções, caracterizados, no mínimo como abaixo se indica:

- **Problema** - Descrição do problema identificado no Diagnóstico;
- **Objectivos** - Definição dos fins a atingir;
- **Vector Estratégico** - Indicação do vector estratégico em que se insere e articulação ou dependência em relação a outros Projectos e Acções;
- **Conteúdo** - Explicitação dos instrumentos e meios a utilizar para atingir os objectivos propostos;
- **Implementação** - Definição das acções a empreender e dos agentes a envolver;
- **Parceiros** - Descrição das responsabilidades a atribuir aos diversos parceiros, técnicos e financeiros;
- **Calendarização** - Definição do faseamento e prazos a cumprir;
- **Estimativa de Custo** - Estimativa do custo global e por fases do Projecto/Acção e identificação das fontes de financiamento;
- **Vinculação** - Identificação da forma de contratação ou de compromisso dos diferentes parceiros;
- **Pontos Críticos** - Identificação dos condicionantes ou factores que possam por em risco a implementação do Projecto / Acção;

- **Monitorização** - Identificação do responsável pela implementação do Projecto/Acção por parte da C.M.O.

Identificação da estrutura ou estruturas da C.M.O. ou exteriores responsáveis pela monitorização.

5 - Contratualização

5.1 - Âmbito A concretização dos Planos, Projectos e Acções que constituem a implementação dos Vectores Estratégicos do desenvolvimento sustentável pressupõe que sejam, para cada Plano, Projecto ou Acção:

- a) Definidas as responsabilidades a assumir pelos diferentes parceiros intervenientes.
- b) Fixada a programação da respectiva execução.
- c) Garantidos os compromissos financeiros.
- d) Estabelecidos os mecanismos de monitorização específicos para cada caso.
- e) Identificados, em cada caso, as articulações com outros Planos, Projectos ou Acções que criem relações de interdependência no processo de execução.

5.2 - Instrumentos

5.2.1-Contratualização

pública

Considera-se “**Contratualização pública**” a explicitação de compromissos entre o Município e restantes entidades intervenientes em cada Plano, Projecto e Acção, e a população.

Esta vertente da Contratualização pode concretizar-se através de “**Cartas de compromisso**”, divulgadas pelos “médias” e/ou enviadas aos Municípios.



5.2.2-Contratualização

Operativa A “**Contratualização Operativa**” visa vincular entre si os diferentes intervenientes em cada Plano, Projecto e Acção e pode concretizar-se através de instrumentos do tipo “**Contrato-Programa**” ou “**Protocolo de Acção**”.

A tipologia específica dos contratos a celebrar será objecto de estudo ao nível jurídico, em função das características específicas de cada situação.

A fase de Contratualização será concluída com o relatório “**OEIRAS XXI - Contratualização de Projectos e Acções para o Desenvolvimento Sustentável**”.

6- Monitorização A **Monitorização** é a vertente dinâmica do Processo de Planeamento Estratégico.

É através da avaliação periódica do grau de implementação dos Planos, Projectos e Acções e de uma Gestão Integrada da Informação proveniente dos diferentes Serviços Municipais e das entidades Municipais ou externas, que assumiram a responsabilidade através da Contratualização, que se pode obter a aferição permanente da Estratégia em relação à dinâmica real de desenvolvimento e reintroduzir no “processo” os impactes obtidos pelas etapas dos Projectos e Acções já concretizadas.

A **Monitorização** é assim o percurso de “feed-back” que assegura a eficácia do “processo contínuo de Planeamento”.

Assim a eficácia da **Monitorização** pressupõe:

- A racionalização dos fluxos de informação e a Gestão integrada dos dados relativos à progressão dos diferentes Projectos e Acções e às alterações no “Sistema Urbano” produzidas pelas etapas já implementadas e pela dinâmica real de desenvolvimento.



- A criação de indicadores de síntese que permitam a avaliação global da implementação da Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável.
- A capacidade efectiva de aferição periódica do Diagnóstico e da Estratégia, reactivando o processo em função das transformações que serão produzidas no “Sistema Urbano” ao longo do tempo.

O carácter “contínuo” da Monitorização implica uma organização adequada dos serviços Municipais, nomeadamente das unidades orgânicas que sejam responsáveis pela Gestão Integrada da Informação e pela reactivação permanente do “Processo de Planeamento Estratégico”.

A **Monitorização** pode organizar-se em três níveis:

a) Ao nível de cada Projecto e Acção

O primeiro nível de Monitorização deve ser assegurado pelas unidades orgânicas da C.M.O. ou pelas entidades externas que sejam responsáveis por via da contratualização.

A Monitorização ao nível do Projecto/Acção deverá permitir avaliar a respectiva progressão e medir os impactes gerados no “Sistema Urbano”.

b) Ao nível Sectorial

A Monitorização ao nível Sectorial dos diferentes sub-sistemas do “Sistema Urbano” deverá ser assegurado pelos Departamentos da Câmara Municipal, em função dos resultados do conjunto de Projectos/Acções em relação ao âmbito da respectivas competências e em função dos novos problemas diagnosticados nesse domínio resultantes da dinâmica real de desenvolvimento.

O contacto com a dinâmica real resulta da própria actividade dos Departamentos do Município e é complementada com a realização periódica do “FORUM DA SUSTENTABILIDADE”.



c) Ao nível global do Município

A Monitorização global da progressão do “Sistema Urbano” do Município para padrões de Sustentabilidade pressupõe a Gestão Integrada da Informação e a definição de indicadores de síntese que permitam a avaliação global.

Para este nível de Monitorização contribuirão certamente os Departamentos cujos domínios de competência implicam uma actuação integrada no “Sistema Urbano”.

A criação de uma estrutura e de um conjunto de procedimentos que assegure eficácia da Monitorização Global, será definida em articulação com os responsáveis Municipais.

Nota: A metodologia evoluirá no decurso da implementação do PEDS - OEIRAS XXI, assumindo-se desde o início a flexibilidade necessária para adaptação à dinâmica real e aos contributos de inovação que venham a obter-se no processo de **participação**.

